

DIÁRIO DE BORDO
ÁGUA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

NO MÊS passado, foi celebrado o Dia do Meio Ambiente, e o tema, sempre apaixonante, foi debatido com mais intensidade do que o normal, sobretudo por causa das mudanças no Ministério do Meio Ambiente (MMA) no novo governo.

Como durante os ásperos debates que antecederam a promulgação do Código Florestal em 2012, há muitas críticas e muitos aplausos a tais mudanças e, em ambos os lados, sobram argumentos válidos. O Código Florestal, já se sabe, não tem a dimensão que deveria ter, sobretudo porque falta ciência nas definições ali contidas, mas, depois de anos de discussões, às vezes radicais, venceu a democracia, e com uma característica: ninguém gostou do resultado, mostrando o equilíbrio deste. Mas, não é hora de mudar o Código. Temos que implementá-lo com a aplicação integral do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), ambos notáveis avanços.

O presente debate sobre a nova orientação do MMA vai acabar chegando, também, a um bom termo, porque todos querem acertar. Duas questões polêmicas, aliás, já ficaram para trás, felizmente: uma que considerava a própria extinção do MMA, e outra que sinalizava a saída do Brasil do Acordo do Clima. Agora, é debater e acertar o rumo.

E o agro vem fazendo a sua parte, em função de uma tecnologia sustentável aqui desenvolvida, e segue avançando com o Plano ABC, com a matriz energética de 47% renovável, com defensivos agrícolas menos agressivos ao ambiente, com aumento de florestas plantadas, e assim por diante.

Mas, há temas que precisam ser mais trabalhados sob a luz da tecnologia, e um deles é a irrigação, muito ligado à sustentabilidade, palavra-chave para a competitividade.

Segundo o Atlas da Irrigação, editado no ano passado pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil tem cerca de 7 milhões de hectares irrigados, menos do que 10% do total das terras agricultadas. É pouco, mas essa área cresceu 53% de 2006 a 2015 (são os dados disponíveis), e isso sim é um número significativo. O maior crescimento foi no Centro-Oeste (103%), seguido por Norte (77%), Sudeste (68%), Sul (37%) e Nordeste (16%). Há aí uma certa contradição, uma vez que o Nordeste é a região mais seca do Brasil e, portanto, a que mais demandaria irrigação. Mas, explica-se exatamente pela falta de água, o que deverá ser mitigado com a célebre transposição do rio São Francisco, quando ficar pronta. Já a área irrigada do Sul deve-se ao sistema de plantação de arroz por inundação, que vem sendo usado em outras culturas, sobretudo permanentes, por modelos economizadores de água, como o gotejamento. De acordo com a ANA, temos um potencial efetivo de incorporação de novas áreas da ordem de 11,2 milhões de hectares, isto é, 150% a mais do hoje cultivado. Mas, a projeção de expansão até 2030 fica em apenas 3,14 milhões de hectares, dadas, principalmente, as dificuldades burocráticas para acessar água. Contudo, esse é um tema de suma importância para o agro brasileiro: reduz riscos climáticos (que é a maior incerteza do setor) e tem baixo custo relativo de investimento se considerarmos o preço da terra.

Em suma, políticas estruturadas para irrigação podem melhorar muito a sustentabilidade do nosso agro, com mais ganhos para todo mundo. ■

O Código Florestal deve ser implantado com a aplicação integral do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).